

CORREIO BRASILEIRO

Revisão de balanço

Dizem que 1981 foi um ano ruim para a economia. Sob alguns aspectos, foi mesmo. Não há dúvida, por exemplo, de que o desemprego cresceu muito, a ponto de alcançar, conforme os cálculos de um ministro de Estado, 2 milhões 500 mil brasileiros. No entanto, começa-se a perceber agora, amainada a tempestade de queixas partidas dos mais variados setores, que a coisa não foi tão má assim.

Não se trata apenas da estimativa divulgada, ontem, pelo Ministério da Fazenda, de um crescimento superior a 3 por cento para o Produto Interno Bruto, durante o ano que passou. Pouco antes de liberado esse estudo, comentava-se na assessoria econômica do ministro Delfim Netto que, sem dúvida alguma, os balanços das empresas, relativos a 1981, trarão muitas surpresas.

Vários setores, certamente, apresentarão resultados maus ou péssimos. Apesar disso, boa quantidade de empresas, com freqüência, desses mesmos setores, terão lucros a mostrar. E entre elas estarão empresas que reduziram suas atividades no ano que passou, empresas que cortaram pessoal, que diminuíram despesas. Isso sem falar em áreas, como a financeira, que reconhecidamente tiveram desempenho excelente, com rentabilidade idem.

Esse é um dos principais pontos em que se dissipa qualquer semelhança com o quadro de 1967, invocado — para daí se tirarem conclusões otimistas ou pessimistas, dependendo do invocador — por defensores ou adversários do Governo a partir da constatação da existência de capacidade ociosa na economia, em especial na indústria. Essa capacidade ociosa, admite o MIC e confirma o IBGE, passou dos 25 por cento e aproxima-se dos 30 por cento. Em alguns setores, já está bem acima disso.

No entanto, a semelhança parece acabar aí. Em 1967, muitas, muitíssimas empresas estavam quebradas. Akihiro Ikeda, chefe da assessoria de Delfim Netto, lembra que, antes de 1967, vieram muitos anos de dificuldades econômicas, levando-as a situações precárias. Não é o caso agora. Os anos de 1979 e 1980 podem ter sido tudo, menos ruins para a economia. As empresas estão, agora, o que não se deixará de confirmar, muito mais fortes que quinze anos atrás.

A existência de capacidade ociosa, recorda Ikeda, faz com que se possa crescer sem novos investimentos, bastando admitir mão-de-obra. Mas, para que isso ocorra, precisa-se de demanda. Pode-se assegurar que este ano crescerá a demanda de eletrodomésticos, de automóveis e de outros bens de consumo duráveis?

Parece difícil, admite-se na Seplan. Já se deu um ligeiro impulso, com a ampliação dos prazos de financiamento de doze para 24 meses, mas isso não constitui alívio muito grande. E aparentemente as indústrias desses setores manterão sua política de reajustes elevados de preços. Os automóveis já sofreram, em uma semana de 1982, novo aumento.

Mais uma vez, repete-se que exportar é a solução. Em 1981, revelava ontem a Anfavea, as exportações bri-

leiras de veículos cresceram 35 por cento. Espera-se, na Secretaria do Planejamento, que a agressividade na exportação até se acentue em 1982.

Em outras palavras, se 1981 não foi tão ruim assim, não há também porque encarar 1982 com otimismo exagerado. A Secretaria do Planejamento acredita que será um ano ligeiramente mais folgado que 81, com um crescimento um pouco maior.

O OTIMISMO DE MONTELLO

Pouco antes do Ministério da Fazenda calcular em algo entre 3 e 3,5 por cento o crescimento do PIB no ano passado, o presidente do IBGE, professor Jessé Montello, era considerado um raro otimista ao prever em 2,58 por cento esse aumento — bem acima do zero por cento adiantado, até por vários ministros.

Taxas como os 3,5 por cento da Assessoria Econômica da Fazenda ou os 2,58 por cento do IBGE estão longe de serem brilhantes. Mas trazem consigo o consolo de que a renda *per capita* do brasileiro não apresentará queda. No ano passado, a população brasileira deve ter crescido 2,49 por cento.

Para justificar seus cálculos, o presidente do IBGE revela alguns argumentos:

a) O sistema financeiro apresentou um excelente rendimento no ano que passou. E as instituições financeiras têm um peso de nada menos do que 10 por cento no cálculo do PIB. Assim, crê o professor Montello que o bom desempenho do setor possa, senão compensar, ao menos reduzir a queda mostrada pela indústria.

b) Os últimos indicadores de que dispõe o IBGE apontam um declínio de 6 por cento na indústria, setor que pesava 37,1 por cento no cálculo do PIB em 1975 e agora caiu para 34 por cento.

No entanto, Jessé Montello acha possível que essa taxa não venha a confirmar-se. Afinal, ela constitui apenas um indicador representativo de um grupo de empresas; a sistemática empregada para se chegar até ele não é suficientemente precisa, nem apoiada em uma amostra significativa.

c) Sabe-se que houve um substancial decréscimo nos estoques da indústria, repassados ao comércio no ano que se encerrou. Para o Presidente do IBGE, caso se adicionem os estoques desovados à produção industrial de 1981, deve-se ter um número superior até a produção industrial de 1980.

d) A agricultura sem dúvida alguma apresentou uma boa performance, com safra recorde e tudo o mais.

e) Por fim, uma comparação entre o crescimento da arrecadação do ICM com elevação do Produto Interno Bruto, em anos anteriores, permite perceber-se uma relação que, aplicada à receita desse tributo, nos primeiros onze meses de 1981, conduziria, igualmente, a um percentual próximo a 2,5, confirmando as previsões anteriores.

A propósito, esses cálculos do Presidente do IBGE foram feitos logo após seu último despacho — como sempre às 7 h da manhã — com o ministro Delfim Neto.